

-----**ACTA NÚMERO 11/2006**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZASSEIS DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E
SEIS.**-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Março do ano dois mil e seis, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, reuniu pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque e presença dos Senhores Vice-Presidente Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira e Vereadores Dr. Carlos João Pereira, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Arqt. Luis Miguel Vilhena de Carvalho, Eng. Henrique Miguel Figueiredo da Silva da Costa Neves, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Miguel Duarte Alves Freitas, Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade e Dr. Rui Ricardo Gomes Vieira, a Câmara Municipal, secretariada por Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - Iniciando este período, o Sr.

Vereador Carlos Pereira, do PS, começou por solicitar esclarecimentos sobre a notícia vinda, hoje, a público acerca do pedido de embargo das obras do “Funchal Centrum”, nomeadamente duma providência cautelar contra a Câmara para a suspensão da eficácia dos actos administrativos que licenciaram aquele investimento.-----

----- - O Sr. Presidente respondeu que a Câmara não tinha qualquer conhecimento, porque não tinha sido notificada. A única coisa que sabemos, disse, é o que veio no jornal.-----

-----Em relação ao mesmo assunto, o Sr. Vereador Carlos Pereira, disse que era uma situação negativa para a cidade e, naturalmente, para a imagem da Câmara. Nesse sentido alertou para a necessidade da tomada de medidas sobre as questões do planeamento pois, em seu entender, não percebe que política estratégica tem a Câmara nesta matéria.-----

----- - O Sr. Presidente respondeu, ser fundamental pôr em prática os planos de pormenor e desenvolvê-los e é isso, afirmou, que a Câmara está a fazer.-----

----- - Intervindo sobre o assunto, o Sr. Vice-Presidente, Bruno Pereira, fez a seguinte observação: “Só se fala nos jornais os casos em que não se dá razão à Câmara. Em relação aos outros casos, e que são muitos, ganhos pela Câmara, não se diz nada, mas também compreendemos isso”.-----

-----Continuando, referiu o grande esforço que tem vindo a ser efectuado no pouco tempo de mandato, e deu como exemplo

os dezasseis ou dezassete planos de pormenor em execução, assim como o início previsto da revisão do Plano Director Municipal que completa dez anos no próximo ano, considerando ser um grande trabalho nesta matéria.-----

----- - No seguimento desta intervenção, o Sr. Vereador Carlos Pereira, do PS, afirmou que se torna, também, necessário haver uma vontade política para a devida operacionalidade de todos esses planos-----

----- - Relativamente à mesma questão, o Sr. Vice-Presidente afirmou que, o maior número de irregularidades vêm de casos sociais que constroem a sua própria habitação, nomeadamente nas zonas altas.-----

-----Reagindo a esta afirmação, o Sr. Vereador Carlos Pereira, referiu: “Não vamos discutir a questão das zonas altas, uma vez que discordamos em absoluto da solução para aquelas zonas, como aliás, já foi evidenciado em anteriores discussões”.-----

-----Prosseguindo no uso da palavra, este Vereador voltou a insistir, uma vez mais, no pedido dos contratos “out-sourcing”, solicitado a nove de Dezembro p.p., aos quais ainda não tiveram acesso, à excepção ao dos parques de estacionamento.-----

----- - Sobre o assunto, o Sr. Vereador Pedro Calado, do PSD, justificou que o seu atraso devia-se ao facto de haver outras prioridades, salientando a este propósito que, a Câmara não está a escamotear a situação.-----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vereador Artur Andrade, da CDU,

apresentou a seguinte proposta:-----

-----“**Funchal Cidade Património da Humanidade** – Cultivar a identidade da Cidade e da sua história e afirmar o interesse mundial na sua reabilitação histórico-patrimonial é o objectivo central da proposta de candidatura do Funchal a Património Mundial reconhecido pela UNESCO. O valor do Funchal é, sobretudo histórico-cultural e de paisagem urbana. Enquanto experiência primeira da cidade fora da Europa, associada ao ciclo açucareiro, ciclo económico e cultural marcante na história europeia e mundial, o património da zona histórica do Funchal pode ter condições de ser classificado pela UNESCO: basta, que a Cidade se mobilize e queira. Atingir este objectivo implica vontade política, rigor técnico, interligação e interacção com as populações e a elaboração de um ambicioso programa de recuperação e revitalização da zona histórica da Cidade do Funchal. As comemorações dos 500 anos da Cidade do Funchal devem constituir uma das etapas marcantes em todo este processo de candidatura a Património Mundial, enquadrando-se numa estratégia de mobilização e valorização do nosso património no centro histórico do Funchal. Assim, a Câmara Municipal do Funchal manifesta o seu total apoio e empenhamento nas propostas e outras iniciativas a desenvolver junto de entidades e organismos com competência técnico-científica para a dinamização deste grande evento que é a candidatura do Funchal à categoria da Cidade Património da Humanidade”.-----

----- - Relativamente a esta proposta o Sr. Vice-Presidente justificou a necessidade de pedir um parecer a um especialista de matéria em património.-----

----- - Intervindo sobre a mesma, o Sr. Vereador Ricardo Vieira, do CDS/PP, disse que, infelizmente, tem dúvidas que se consiga o objectivo, pois o Funchal tem um património, a esse nível, muito pobre.-----

----- - Na sequência desta discussão, o Sr. Presidente mostrou-se um pouco céptico acerca da aceitação da proposta, exemplificando a comparação do Funchal com outras cidades europeias, nomeadamente Italianas.-----

----- - Mantendo-se no uso da palavra, o Sr. Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou, independentemente da polémica transmitida pela Comunicação Social sobre os Bombeiros Municipais, acerca da formação destes bombeiros no ano dois mil e cinco, bem como quanto a existência de plano para dois mil e seis.-

----- - Relativamente a este assunto, o Sr. Vice-Presidente disse que iria ceder um relatório dos anos anteriores e o plano, já existente, para dois mil e seis.-----

----- - Tomando a palavra, o Sr. Vereador Ricardo Vieira, do CDS/PP, começou por reiterar o pedido da relação das decisões tomadas ao abrigo das delegações e subdelegações de competências.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, abordou o seguinte assunto: “Temos vindo a assistir a publicações na comunicação

social de iniciativas judiciais que põem em causa decisões camarárias a nível urbanístico; a mera publicação tem implicações ao nível da confiança dos investidores, da segurança dos negócios imobiliários para o comum dos cidadãos, da sustentação económica para os financiadores e ao nível do próprio investimento; e por isso, sem por em causa a independência dos tribunais e a necessária legalidade, era bom que a Câmara assumisse uma atitude e uma posição sobre esta matéria, de carácter pedagógico que infirmasse as suspeitas generalizadas e trouxesse credibilidade à decisão municipal. Isto para além de deixar expresso que é negativo que se publicite toda a iniciativa judicial, mas isso ultrapassa a Câmara.”-----

-----Finalizando, levantou o caso dos “mosquitos” que, ao que parece, voltaram a atacar na zona de Santa Luzia.-----

----- - Quanto ao primeiro caso colocado, o Sr. Presidente disse ser estranho que a Câmara não tendo ainda sido notificada, nem os próprios proprietários, os assuntos surjam antecipadamente nos jornais. Neste sentido, vamos reunir todos os instrumentos jurídicos necessários para a contestação da acção em concreto, afirmou.-----

----- - Em relação ao problema dos “mosquitos”, o Sr. Vereador Costa Neves, do PSD, esclareceu: “Como foi do conhecimento através da Direcção Regional de Saúde, foi feito um programa de combate, já executado. Entretanto a Direcção Regional de Saúde retirou-se do processo, cuja responsabilidade passou para a

Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, que irá ter um contrato com uma empresa especializada para o combate a esta praga, principalmente agora no Verão. A Câmara irá tomar sempre a responsabilidade da limpeza e desinfeção das zonas públicas”.

OBRAS PÚBLICAS:

Remodelação da Avenida Arriaga – faixa Sul –

Conclusão – rectificação: - Considerando o exposto na informação do Departamento de Concursos e Notariado (refª 19/DCN/06), a Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar a deliberação tomada em reunião de nove de Fevereiro/dois mil e seis, no que diz respeito à entidade adjudicatária da obra em epígrafe “Edimade, Edificadora da Madeira, Limitada” que deverá ser “Edimade – Edificadora da Madeira, Sociedade Anónima”. Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.

ORDEM DO DIA

Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:

1 – SANEAMENTO BÁSICO:

Contrato de Prestação de Serviços de Controlo Físico-Químico e Microbiológico da Água de Abastecimento Público: -

Relativamente ao assunto em epígrafe e face à informação do Departamento de Água e Saneamento Básico (refª DASB/23), a Câmara deliberou, com abstenção dos Vereadores do PS e CDU,

aprovar o contrato adicional de prestação de serviços a celebrar com o IGA, S.A., para o controlo de pesticidas na água potável do Município, no valor de € 4.444,74 (quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro mil euros e setenta e quatro cêntimos).-----

-----Na sequência da votação deste assunto, o Sr. Vereador Artur Andrade, da CDU, colocou a questão da imparcialidade do IGA para fazer as análises, uma vez que é esta entidade que fornece a água à Câmara Municipal do Funchal.-----

----- - Intervindo, o Sr. Vereador do CDS/PP, Ricardo Vieira, referiu que este contrato é uma adenda a um contrato existente, com a qual está de acordo. Disse ainda compreender as observações do Sr. Vereador, mas julga que não existe outro laboratório na Madeira.-----

----- - **Empreitada de “Remodelação da Estação de Tratamento de Águas dos Tornos” - rectificação:** -

Relativamente à empreitada supra mencionada, adjudicada por deliberação de vinte três de Fevereiro do mês findo à Firma José Avelino Pinto & Filhos, Limitada, a Câmara, em função do exposto na informação do Departamento de Concursos e Notariado (ref^a 18/D.C.N/06), deliberou, por unanimidade, rectificar aquela deliberação na parte que refere a entidade adjudicatária que deverá ser “José Avelino Pinto – Construções e Engenharia, Sociedade Anónima”. Foi aprovada a acta em minuta na parte respeitante a esta deliberação para produzir efeitos imediatos.-----

-----Nesta altura, o Senhor Presidente saiu da sala, passando a

presidir os trabalhos o Sr. Vice-Presidente, Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira.-----

2 – URBANISMO:-----

-----**2.1 – Loteamento:** - Face aos elementos apresentados por Manuel de Sousa Gomes (regº 8835/06), que vem dar cumprimento ao ofício número 3227/2006, a Câmara, tendo por base as informações dos Serviços Técnicos, deliberou, por unanimidade, deferir a alteração do alvará de loteamento (nº 2/98), ao Sítio do Bom Sucesso, freguesia de Santa Maria Maior.-----

-----**2.2 – Licenciamentos Industriais e/ou Comerciais:** - A pedido da Vice-Presidência do Governo Regional (regº 6375/06), a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação dos Serviços Técnicos (refª RC-096-051-06), emitir parecer favorável ao projecto de um estabelecimento comercial – Loja FNAC -, a instalar no Centro Comercial Madeira Shopping, freguesia de Santo António, requerido pelo FNAC Portugal – Actividades Culturais e Distribuição de Livros, Discos, Multimédia e Produtos Técnicos, Limitada.-----

----- - Relativamente ao ofício da Vice-Presidência do Governo Regional – Direcção Regional de Comércio e Indústria (regº 11074/06), solicitando autorização de localização do estabelecimento industrial, da firma “Gês Bordados, Limitada”, onde é exercida a actividade de fabricação de bordados, localizada na Rua da Ponte Nova, freguesia de Santa Luzia, a Câmara, com base na informação dos Serviços Técnicos, deliberou, com

abstenção do Vereador da CDU, emitir parecer favorável.-----

-----**Declaração de Voto da CDU:** - O Vereador da CDU abstém-se pela razão de não existir no processo a vistoria relativa à segurança contra incêndios.-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP:** - Na sequência desta votação, o Vereador do CDS/PP, salientou “o que critico é a demora destas vistorias. Em minha opinião deveria haver maior confiança nos investidores, daí o meu voto a favor”.-----

3 – PESSOAL:-----

-----**3.1 – Participações:** - A Câmara ratificou, com abstenção da CDU, o despacho do Vereador do Pelouro, dado na participação do Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas (ref^a 017/DPMV/2006) sobre o acidente de viação ocorrido entre duas viaturas afectas aos Bombeiros Municipais do Funchal, do seguinte teor: “Instaure-se processo de inquérito. É nomeado inquiridor o funcionário Osvaldo Lucas”.-----

----- - Foi ratificado, com o voto contra da CDU, o despacho emitido, pelo Vereador do Pelouro, na participação do Departamento de Parque de Máquinas e Viaturas (ref^a 076/DME/2006) sobre o incumprimento de ordem superior, do seguinte teor: “Instaure-se processo de inquérito. É nomeado inquiridor o funcionário Osvaldo Lucas”.-----

-----O Sr. Presidente reentrou na sala das reuniões, assumindo a presidência dos restantes trabalhos.-----

4 – DIVERSOS:-----

----- - **Protocolo de Colaboração entre o Município do Funchal e o Clube Amigos do Basquete (CAB)**: - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, CDU e CDS/PP, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município do Funchal e o Clube Amigos do Basquete (CAB), o qual tem por objectivo a dinamização da prática desportiva junto da população, designadamente dos utentes dos ginásios municipais e dos estudantes das escolas do ensino pré-escolar e básico do Concelho do Funchal. A Câmara atribuirá o subsídio mensal de € 2.500 (dois mil e quinhentos euros) sendo cedido por parte do Clube as suas instalações desportivas. A minuta do referido Protocolo ficará, por fotocópia, a fazer parte integrante desta acta como anexo (A).-----

-----**Declaração de Voto do PS**: - Os Vereadores do PS votam contra por discordar desta política; achamos que o espaço deve ser disponibilizado, mas de forma gratuita, uma vez que o pavilhão foi construído com dinheiros públicos.-----

-----**Declaração de Voto do CDS/PP**: - O Vereador do CDS/PP vota contra por considerar que é ilegal porque se trata dum arrendamento.-----

-----**Declaração de Voto da CDU**: - O Vereador da CDU subscreve os reparos feitos pelos colegas de Vereação e vota contra, acrescentando que além do referido parece-lhe um subsídio indirecto.-----

----- - **Associação Anti-Alcoólica da Madeira - apoio**

financeiro: - Por unanimidade, a pedido da Associação Anti-Alcoólica da Madeira (reg° 7499/06), a Câmara deliberou, conceder o apoio financeiro no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) para fazer face às despesas da Associação no desempenho do seu trabalho.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu,
Director do Departamento Administrativo, na qualidade de
Secretário, a redigi e subscrevo.-----
